

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.778.013 - PR (2020/0274715-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : PAULO SERGIO FAZAN**  
**ADVOGADO : FABIO RICARDO RODRIGUES BRASILINO - PR052992**  
**AGRAVADO : BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A**  
**ADVOGADO : CARLOS ARAÚZ FILHO - PR027171**  
**AGRAVADO : PAULO AFONSO RIBAS DOS REIS FILHO**  
**ADVOGADO : DIEGO ZANCHI PREVEDELLO - RS065962**  
**AGRAVADO : EQUO PRODUTOS EQUESTRES LTDA**  
**AGRAVADO : MARCELO DA COSTA GAMBOGI**  
**ADVOGADO : ANDRE VIEIRA STERN - RS067257**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por PAULO SERGIO FAZAN contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE CC DANOS MORAIS – COMPRA E VENDA DE ANIMAL – DECISÃO QUE RECONHECEU A ILEGITIMIDADE DE UM DOS RÉUS – AUSÊNCIA DE PROVA DE QUE PARTICIPOU DO NEGÓCIO ENTABULADO ENTRE AS PARTES MAS APENAS QUE SEU GENITOR PARTICIPOU DA TRANSAÇÃO – DECISÃO MANTIDA RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

Quanto à controvérsia, alega violação dos arts. 987, do CC; 4º e 369 do CPC, no que concerne ao reconhecimento da ilegitimidade de um dos réus, trazendo os seguintes argumentos:

Isto é, entendeu o Tribunal que, por conta de ausência de provas da participação do recorrido Paulo Afonso Ribas na relação negocial que levou o ajuizamento da ação, deve permanecer a decisão que o excluiu do polo passivo.

[...]

Da mesma maneira, foi demonstrado que seria necessária a angariação de mais material probatório, pois inexiste CPNJ da empresa. Se não há existência de CNIPJ é necessário apresentar provas da sociedade de fato, o que não foi oportunizado pelo juízo, que simplesmente removeu o recorrido do polo passivo da relação em despacho saneador!!

[...]

Não foi oportunizado à parte recorrente que defendesse seus argumentos, comprovando que os recorridos compõem sociedade de fato, o que influiria, com toda certeza, a convicção do juiz, mantendo Paulo Afonso Filho no polo passivo.

[...]

Por certo, nobres julgadores, com a instrução processual poderia ser comprovada a legitimidade da parte, ouvidas testemunhas (não somente do pai do recorrido, pois certamente possui interesse na causa) e produzidas provas documentais (fls. 169-170).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Destaque-se que a suposta existência da empresa Transribas em que o Agravado e seu pai trabalham juntos não foi demonstrada nos autos, visto que o Agravante aduz que a pessoa jurídica é de fato e não possui CNPJ.

Assim deve ser mantida a decisão que excluiu do polo passivo Paulo Afonso Ribas dos Reis Filho em virtude da falta de comprovação de que figurou como parte no negócio jurídico firmado, incluindo a empresa Tranribas (fl. 65).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “A convicção formada pelo Tribunal local, inclusive ratificando o entendimento da decisão interlocutória, quanto a ilegitimidade passiva dos recorridos se deu em decorrência da análise procedida aos elementos fáticos existentes nos autos, ao passo que é inviável a este Tribunal concluir diferentemente, pois tal implica necessariamente o reexame de provas e de interpretação de cláusulas contratuais, o que é defeso nesta fase recursal (Súmulas 5 e 7 do STJ).” (AgInt no REsp 1.788.082/PR, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 17/11/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente